

O GOVERNO de Maputo aceita agora, de forma suficientemente explícita, a abertura de um diálogo directo com a Renamo. Mas, pelo menos oficialmente, subordina tal iniciativa a uma aceitação pela Renamo de condições que esta rejeita. Aqui reside o último (mas igualmente difícil) obstáculo que falta vencer, até ao início de conversações directas entre as duas partes.

A decisão de Maputo de aceitar o princípio do diálogo directo com os seus adversários foi objecto de um consenso alcançado com alguma facilidade numa reunião do Bureau Político da Frelimo, em Novembro. O presidente Joaquim Chissano, no entanto, só a anunciou oficialmente no dia 20 de Dezembro, em Cabo Verde.

A mudança de atitude que esta disponibilidade representa é descrita por qualificadas fontes como um reflexo directo de pressões internacionais («Inf.» n.º 10, pág. 4), visando levar Maputo a flexibilizar as suas bases negociais. Mas é também o resultado de avaliações da situação militar pouco favoráveis ao governo.

Quando Joaquim Chissano visitou a província de Sofala, em fins de Outubro, várias deslocações previstas no programa foram canceladas por razões de segurança anteriormente inexistentes. Por outro lado, as acções militares da Renamo, especialmente na província de Maputo, encheram uma inquietante esplanada nos dois últimos meses.

Pressões — No plano das pressões internacionais há indicações cada vez mais seguras de que elas provieram em larga escala do Zimbabwe. Robert Mugabe, que até há pouco se definia como um «incondicional apoiante» de Maputo, tem ultimamente insistido na necessidade de um fim rápido para o conflito moçambicano. Nesta linha sustenta que o Governo de Maputo deve «deixar cair» as condições que põe com vista à abertura de um diálogo com a Renamo.

No entanto, não há dúvidas de que Mugabe não vê com bons olhos uma solução do conflito moçambicano que conduza à instauração de um sistema multipartidário no país vizinho. Em privado ele tem falado da «hipótese» de uma fusão Frelimo

Renamo como solução estável para Moçambique. Em Dezembro o monopartidarismo foi constitucionalmente adoptado no Zimbabwe, por fusão da ZANU com a ZAPU.

Quando se deslocou a Nairobi, 8 de Dezembro, para a cimeira dos PTA, Robert Mugabe encontrou-se discretamente com Afonso Dhlakama, o líder da Renamo. Este encontro surgiu na esteira de outros (pelo menos quatro) que um emissário seu, de nome Matzangaizze, teve também em Nairobi com Dhlakama. Um desses encontros foi mesmo alargado a militares zimbabueanos.

Informações fiáveis sugerem que Mugabe fez a Dhlakama a promessa de retirar as tropas do seu país em Moçambique, na condição de os guerrilheiros porer termo aos seus ataques ao corredor da Beira e se absterem também de acções retaliatórias em território do Zimbabwe. A Renamo tem exigido a retirada das tropas zimbabueanas de Moçambique (cerca de 13 000 homens), como parte de uma solução para o conflito interno.

As acções da Renamo no interior do Zimbabwe têm-se intensificado ultimamente. Estatísticas confidenciais do SARD (Centro de Pesquisas e Documentação da África Austral), com sede em Harare, indicam que de Setembro a Novembro se verificaram 33 ataques da Renamo

no Leste do Zimbabwe, provocando 43 mortos no total. A mesma fonte assinalou também 44 acções da Renamo contra o corredor da Beira, sete das quais em Outubro/Novembro.

Só estas sete acções provocaram ao Zimbabwe prejuízos avaliados em dois milhões de dólares. Os múltiplos efeitos nocivos de tais acções para a economia e para a estabilidade interna do Zimbabwe, a que há que juntar os custos da presença das tropas zimbabueanas em Moçambique (um milhão de dólares/dia) explica que Mugabe tivesse dito no Parlamento estar «perturbado» com a situação.

O papel que o Zimbabwe tem assumido no conflito moçambicano, de apoio militar ao governo, dá-lhe condições consideradas únicas para que as suas pressões sejam atendidas por Maputo. A mudança de atitude do Zimbabwe também não é estranha a visão que o Quênia, e em particular o presidente Arap Moi, tem da necessidade de Maputo flexibilizar as suas posições.

No exercício da sua função de mediador, Arap Moi tem-se dobrado em esforços para tornar mais maleáveis as propostas de Maputo. Isto gerou mesmo algumas desconfianças entre elementos da equipa dirigente da Frelimo, que o acusam de excessivas simpatias pela Renamo. Para desvanecer tais desconfian-

ças, Moi substituiu recentemente um alto funcionário, Kiplagat («Inf.» n.º 8, pág. 9), envolvido no processo de mediação.

Condições — As condições que Maputo fixa para a abertura de um diálogo com a Renamo estão essencialmente consubstanciadas no chamado «Documento dos 12 pontos». Cada um destes pontos é na prática uma reafirmação de posições que levaram ao malogro das conversações de paz de 1984, sob mediação da África do Sul.

A acção da Renamo é definida num desses pontos como «operação de desestabilização». Em síntese, o documento pretende impor à Renamo o reconhecimento da «legitimidade e legalidade do Governo de Moçambique, da sua constituição e das suas instituições». Na rejeição que faz destas condições, a Renamo, por sua vez, avança com a exigência de que o seu interlocutor deve ser a Frelimo e não o governo, porque não o reconhece.

É certo que tanto o Zimbabwe como o Quênia têm encorajado Maputo a abdicar do imperativo dos 12 pontos. O mesmo foi feito pelo presidente sul-africano, Frederik de Klerk, na sua recente visita a Maputo. Warren de Clark, um alto funcionário do Departamento de Estado dos EUA, que em Dezembro esteve em Maputo, também recomendou a Chissano maior flexibilidade na matéria.

Para já, a receptividade de Maputo a tais pressões é a adopção de uma nova constituição (os trabalhos foram acelerados). O novo texto acolhe muitas das exigências da Renamo, incluindo o fim do papel de vanguarda da Frelimo como «força dirigente do Estado e da sociedade». Algumas análises vão no sentido de que a nova constituição é também uma «via indirecta» para deixar cair os 12 pontos.

Mas não há a certeza de que tal expediente se destina a facilitar a abertura de negociações directas com a Renamo ou se, pelo contrário, se trata de esvaziar a mensagem política da organização — neste caso retirando importância política à sua acção e criando condições para a secundarizar num processo negociado.